

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO (Do Sr. Zeca Dirceu)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública com a participação dos convidados abaixo relacionados visando debater o alcance do programa, cursos oferecidos, duração e inserção no mercado de trabalho para as possíveis datas 05 ou 06 de maio.

Desta forma, sugerimos que participem desta audiência pública representantes das seguintes entidades:

- 1) Ministério da Educação MEC, o Secretário de Educação Tecnológica – SETEC, Marcelo Machado Feres;
- 2) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, a Coordenadora Geral de Execução de Bolsas – CGAUX, Maristela Debenest
- 3) Secretaria da Juventude, o Secretário Nacional da Juventude, Gabriel Medina;
- 4) União Nacional dos Estudantes – UNE, representante nacional
- 5) União Paranaense dos Estudantes Secundarista – UPES, presidente, Camila Lanes;

JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnico-profissionalizantes a nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para

trabalhadores. A medida intensifica o programa de expansão das escolas técnicas em todo o País. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público.

O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa.

Sala da Comissão, 14 de março de 2015

ZECA DIRCEU
Deputado Federal
PT/PR